

**Parecer n.º 301/2012**

**Data:** 2012.09.18

**Processo n.º 304/2012**

**Queixa de:** João Filipe Domingos Passarinho

**Entidade requerida:** Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB/JI da Cotovia - Sesimbra

## **I - Factos e pedido**

1. João Filipe Domingos Passarinho solicitou ao Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB/JI da Cotovia (P/APEE), da qual é membro do conselho fiscal, que lhe facultasse o acesso, mediante consulta, das *“(…) actas das Assembleias Gerais, com especial incidência na última, onde tomaram posse nalguns cargos novos corpos gerentes, onde se inclui o signatário.”*<sup>1</sup>
2. Por falta de resposta atempada, o requerente apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
3. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida informou que o requerente *“não está impedido de consultar qualquer documentação no âmbito das suas funções de Membro do Conselho Fiscal da APEE EB/JI da Cotovia”* e que poderá, a todo o tempo, consultar o livro de atas, mediante um agendamento prévio.
4. Foi ainda informada esta Comissão, através de mensagem de correio eletrónico do P/APEE, que a associação em causa, entidade coletiva de direito privado constituída nos termos do regime constante do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro, é financiada única e exclusivamente pelas contribuições dos pais e encarregados de educação das crianças que frequentam o ATL e da respetiva quotização.

## **II - apreciação jurídica**

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos (n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º).

Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.

Além do mais, compete ainda à CADA, nos termos da alínea h), do n.º 1, do artigo 27.º, *“[c]ontribuir para o esclarecimento e divulgação das diferentes vias de acesso aos documentos administrativos no âmbito do princípio da administração aberta”*.

---

<sup>1</sup> As transcrições do presente parecer respeitam a grafia original.

2. A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB/JI da Cotovia foi constituída nos termos do regime constante do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro<sup>2</sup>, sendo assim uma entidade coletiva de direito privado que goza de personalidade jurídica nos termos do artigo 6.º do diploma referido.

A aprovação dos respetivos estatutos é regulada pelo artigo 5.º do DL n.º 372/90, obrigando, nomeadamente, ao seu depósito no Ministério da Educação, ao controlo de legalidade pela Procuradoria-Geral da República e a sua publicação em Diário da República.

A participação das associações de pais na gestão e administração dos estabelecimentos de ensino encontra-se regulada em diversas normas do supracitado Decreto-Lei n.º 372/90 e do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril (Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário).

De nenhuma dessas normas resulta que as associações de pais estejam sujeitas a qualquer controlo de gestão por parte dos diretores das escolas ou agrupamentos de escolas (alínea b), n.º 1, artigo 4.º).

Como referiu o P/APEE, as despesas são suportadas pelos pais e encarregados de educação das crianças que frequentam as atividades da associação.

Tendo em conta as despesas que, necessariamente, estão associadas ao funcionamento de um ATL, nomeadamente com pessoal, constata-se que a atividade da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB/JI da Cotovia não é maioritariamente financiada por uma entidade sujeita à LADA (alínea a), n.º 1, artigo 4.º), pelo que, não se encontra sujeita à disciplina da LADA.

### **III - Conclusão**

Face ao exposto entende-se que a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB/JI da Cotovia não está sujeita à LADA.

Comunique-se.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

Antero Rôlo - (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)

---

<sup>2</sup> Alterado pelo Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de Março e pela Lei n.º 29/2006, de 4 de Julho.